

# TEMPO DE REVOLUÇÃO

FEVEREIRO DE 2023 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 25

## SEM ANISTIA

Manifesto pela Independência  
do PSOL p. 06



Governo Bolsonaro ignorou relatórios sobre problemas em terras Yanomamis, dizem funcionários da Saúde



Governo Bolsonaro deixou vencer e queimou 370 mil doses de vacina da Covid, diz Saúde



Governo Bolsonaro barrou fiscalização contra garimpo



Nas últimas duas décadas, Governo Bolsonaro é o que mais cortou em recursos de educação e ciência



## EDITORIAL

# Perspectivas para a luta de classes no Brasil em 2023 e as tarefas dos marxistas

A situação mundial é marcada pelo aprofundamento da crise econômica e a instabilidade política do regime capitalista, com a luta de classes se expressando em diferentes locais e por diferentes meios. A guerra da Ucrânia, com todas suas implicações e consequências, é um concentrado dessas contradições e do impasse histórico do capitalismo em sua fase imperialista.

A luta de classes em escala mundial se expressa na prolongada luta das massas no Irã para derrubar o regime ultrarreacionário dos aiatolás, na crise política e nas manifestações no Peru e alcança um alto nível na atual greve geral francesa contra a reforma da previdência. Em todas essas situações, o que se ressalta é a ausência de um partido operário revolucionário capaz de organizar os trabalhadores para ajudar as massas a converter essas manifestações revolucionárias em uma revolução vitoriosa.

A economia chinesa registrou, em 2022, um

crescimento de cerca de 3% do PIB. Esse é o pior índice desde 1976! Há um fenômeno global de alta da inflação, inclusive em países imperialistas habituados com a baixa inflação, como EUA, Reino Unido e Alemanha. Bancos centrais de diferentes nações injetaram dinheiro na economia para conter a crise, principalmente desde o início da pandemia. Essa é a razão central para a alta da inflação no mundo. Os mesmos bancos centrais têm elevado a taxa de juros como medida para combater a inflação, o que, por sua vez, reduz ainda mais o consumo e prepara o caminho para uma recessão global.

A inflação no Brasil também cresceu nos últimos anos. Em 2021, fechou em 10,06%. Em 2022, a inflação foi parcialmente contida por medidas artificiais adotadas pelo então governo Bolsonaro em busca da reeleição, como a redução de impostos sobre combustíveis, produtos industrializados etc. Ainda assim, a inflação oficial

de 2022 fechou em 5,79% (IPCA). Já a inflação sobre alimentos e bebidas, que impacta mais fortemente a classe trabalhadora, teve um aumento de 11,64%.

Quase 80% das famílias brasileiras estão endividadas e 30% têm dívidas com pagamento em atraso. A taxa de desemprego oficial do IBGE (8,5%) não leva em conta os desalentados e o aumento do trabalho informal (aplicativos, “bicos” etc.), que conta com 39 milhões de trabalhadores.

O recente caso da descoberta do rombo de R\$ 43 bilhões nas Lojas Americanas causou turbulência no mercado de ações. Importantes setores estão envolvidos nesse escândalo. O principal acionista da empresa é o 3G Capital (dos três famosos bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira), vários fundos de investimento tem ações da empresa e diferentes bancos são credores. A quebra das Americanas provocaria o desemprego de mais de



Palavra de ordem “Sem Anistia” foi utilizada em respostas aos atos bolsonaristas

100 mil trabalhadores e um aprofundamento da crise. A provável fraude lança a desconfiança sobre a situação real de outras empresas, em particular do ramo varejista.

O que temos no horizonte é o aprofundamento da crise econômica internacional e nacional e, portanto, do avanço dos ataques do capital às condições de vida da classe trabalhadora. O fechamento de fábricas – Pernambucanas em Fortaleza (CE) (2 mil demi-

tidos) e General Mills em Cambará (PR) (800 serão demitidos em dezembro de 2023) – mostram a atualidade da discussão do legado do movimento das fábricas ocupadas e da palavra de ordem “Fábrica fechada é fábrica ocupada! Fábrica ocupada deve ser estatizada!”.

## A necessidade da frente única

Como analisamos após as eleições, apesar da derrota eleitoral de Bolsonaro, o bolsonarismo con-

## EXPEDIENTE

**Diretor de Publicação:** Serge Goulart  
**Editor:** Evandro Colzani  
**Diagramação:** Jonathan Vitorio  
**Capa:** Evandro Colzani

**Conselho Editorial:** Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

**Comitê de Redação:** André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

**Jornalista Responsável:** Rafael Prata  
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE  
REVOLUÇÃO

tinuaria presente como oposição de direita ao governo eleito.

Os grupelhos de extrema direita realizaram o bloqueio de rodovias após as eleições e a recente invasão da sede dos três poderes, em 8 de janeiro. Porém o bolsonarismo radical, já minoritário, encontra-se cada vez mais isolado e desmoteado, com o próprio Bolsonaro perdendo apoio em sua base. De qualquer forma a oposição de direita seguirá, com Bolsonaro ou outra liderança no seu lugar. E a EM estará sempre na linha de frente pela unidade para derrotar a extrema direita através da organização e mobilização independente, o que pode implicar em diversos momentos a luta pela frente única, sobre a base da mobilização das massas.

No dia seguinte às invasões golpistas em Brasília, a classe trabalhadora e a juventude deram uma forte resposta com atos massivos pelo país, considerando-se o pouco tempo para convocação e a adesão apenas formal de CUT, PT etc., que foram a reboque e não mobilizaram de fato suas bases para essas manifestações. Os atos de 9 de janeiro foram mais uma demonstração da disposição de jovens e trabalhadores em lutar para varrer a extrema-direita do país, assim como se deu no combate para derrotar Bolsonaro nas eleições do ano passado. Ressalta-se ainda que o grito mais entoado entre os manifestantes foi o “Sem anistia!”, ou seja,

contra a conciliação e pela punição aos golpistas.

Os setores fundamentais da burguesia, o capital financeiro, o imperialismo, não apoiaram essa aventura golpista dos bolsonaristas. Isso fica evidente pelo posicionamento da mídia burguesa no país e o rápido pronunciamento dos principais líderes das potências mundiais, em particular Biden, que condenaram veementemente as invasões. Não que eles tenham apreço pelos valores democráticos, a história mostra isso, mas eles sabem que não há base social para um golpe e que o caos político poderia se instalar numa situação que não lhes interessa nesse momento e que poderia escapar de controle pela intervenção das massas.

Nós combatemos a linha da conciliação de classe – de aliança e confiança na burguesia e suas instituições, tentativa de governo de “União Sagrada”, de “União Nacional” em defesa das instituições abaladas, cuja expressão maior se expressou na reunião de Lula com os 27 governadores, presidentes da Câmara, Senado e STF, com apoio de toda mídia burguesa. Essa é a linha que busca utilizar os ataques para soldar as rachaduras nas instituições

burguesas, as mesmas que compactuaram com o bolsonarismo, fomentaram seu crescimento e atacaram os direitos dos trabalhadores.

Nós combatemos pela frente única do proletariado contra a burguesia e a extrema-direita. A classe trabalhadora não deve confiar na burguesia, em suas instituições e no imperialismo. Jovens e trabalhadores só podem confiar em sua unidade e mobilização independente, este é o caminho para enterrar o bolsonarismo e a extrema-direita, conquistar a revogação dos ataques dos governos anteriores e avançar no combate pelo socialismo. A EM apoia e incentiva todas as mobilizações do movimento operário, popular e estudantil contra a direita golpista, estamos juntos no combate pela punição aos organizadores e financiadores da aventura golpista de 8 de janeiro, “Sem anistia!”, assim como do próprio Bolsonaro, cujas declarações e ações nos últimos anos incitaram a ação, além de outros crimes durante seu mandato, como a política assassina adotada em meio à pandemia. Nesse combate enfatizamos nossa reivindicação histórica de dissolução da Polícia Militar, pelo “Fim da PM!”, a partir da evidente convivência da polícia que permitiu o desenvolvimento da situação. Denunciamos ainda os generais e oficiais bolsonaristas e exigimos que sejam punidos pelo seu papel no 8 de janeiro.

### Bonapartismo do Judiciário

Nossa organização explica há anos, em particular a partir da operação Lava Jato, o papel bonapartista que o Judiciário busca ocupar.

Os revolucionários não podem nem alimentar

De fato, muitas das medidas recentes adotadas pelo poder Judiciário são abusivas de acordo com a divisão dos poderes na República burguesa e os próprios princípios democráticos burgueses

ilusões nos poderes do Estado burguês e seus agentes. De fato, muitas das medidas recentes adotadas pelo poder Judiciário são abusivas de acordo com a divisão dos poderes na República burguesa e os próprios princípios democráticos burgueses. Muitas das medidas que atacam bolsonaristas podem muito bem ser utilizadas para atacar o movimento operário. Um exemplo é a Lei Antiterrorismo, que fomos contra a aprovação e a sanção pela então presidente Dilma, por abrir caminho para a criminalização de ações legítimas do movimento operário e popular como ações terroristas. A Lei em Defesa do Estado Democrático de Direito, que substituiu em 2021 a Lei de Segurança Nacional, mantém o essencial da lei da Ditadura Militar, criminalizando quem age contra as instituições burguesas ou os governos eleitos.

Após as ações golpistas de 8 de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes determinou a proibição de entrada de ônibus com manifestantes em Brasília. Em seguida, proibiu qualquer tentativa de bloqueio de vias públicas, rodovias ou bloqueio de prédios, decisão confirmada pelo plenário do STF. Tais medidas, obviamente, também poderão ser utilizadas contra as manifestações da esquerda. Uma atividade convocada para o dia 14 de janeiro como “Ato Político-Cultural em Defesa da Democracia” na cidade de Botucatu, no interior paulista, foi cancelada pela ameaça das forças de segurança da cidade em prender os organizadores com base na decisão do STF.

Alexandre de Moraes decidiu afastar o governador eleito do DF, Ibaneis Rocha, que já estava fora do comando da área da segurança. O detalhe é que essa ação foi tomada sem que ninguém tenha realizado o pedido, contrariando o princípio de que o Judiciário toma suas decisões após ser peticionado.

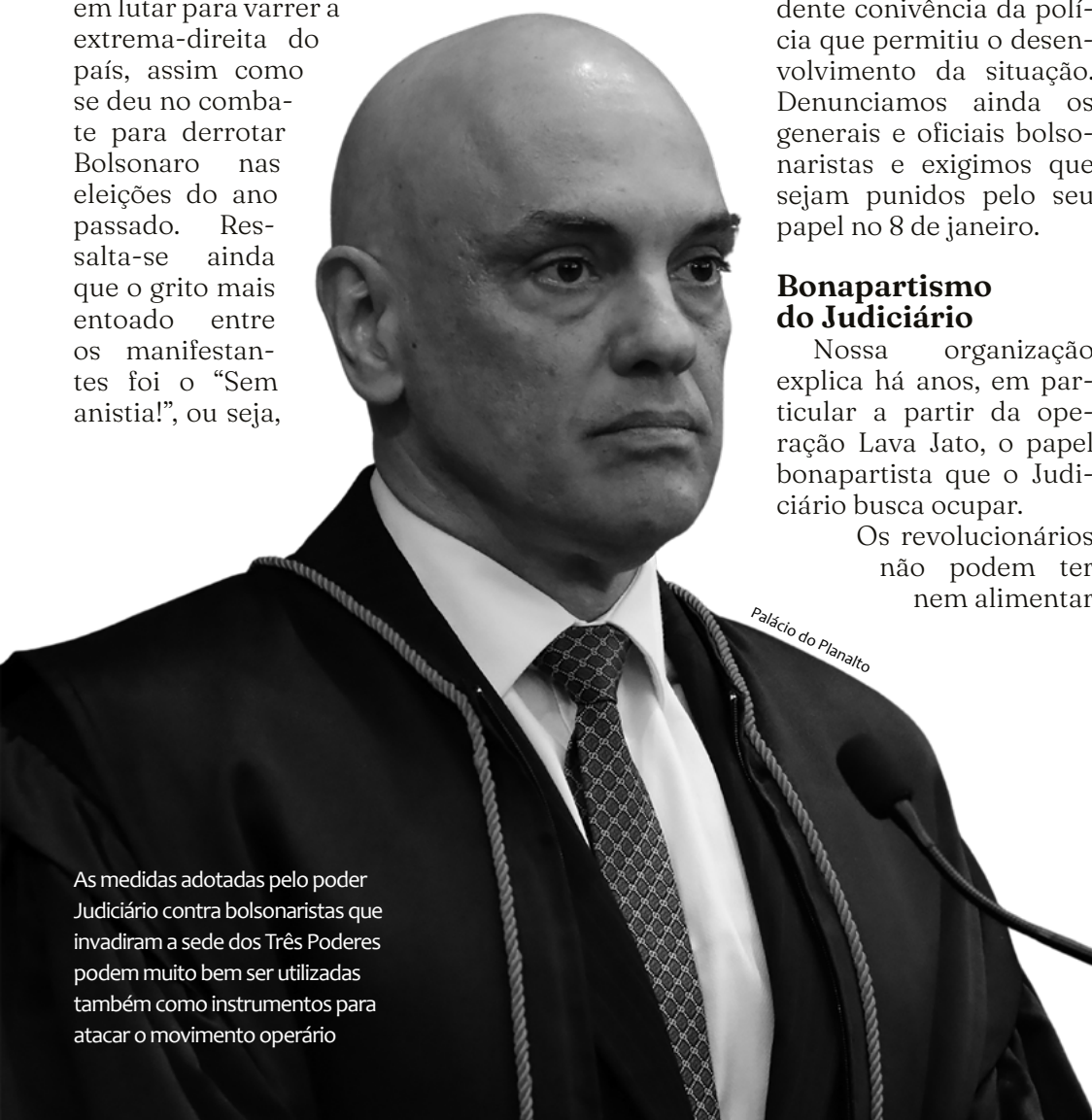
O quadro que combina as tentativas de avanço de bonapartismo do judiciário e as ameaças golpistas da extrema-direita coloca a importância da ênfase na reivindicação de defesa das liberdades democráticas no período atual.

### O caráter do governo Lula-Alckmin

A aventura golpista de 8 de janeiro evidenciou também a presença da direita e mesmo da extrema-direita no interior do Governo Federal. O ministro da Defesa, José Múcio, é filiado ao PTB, partido do bolsonarista Roberto Jefferson. No início da carreira política Múcio foi filiado à Arena, partido oficial da Ditadura Militar. Ele chegou a classificar os acampamentos em frente aos quartéis que pediam intervenção militar como “manifestação da democracia”. Sua nomeação como ministro e sua blindagem, mesmo após o fracasso em organizar a defesa do Palácio do Planalto diante das evidentes ameaças golpistas, são fruto da pressão e apoio dos chefes das Forças Armadas a seu nome, às quais Lula cede.

Outro exemplo é da ministra do Turismo, Daniella Carneira, conhecida pelas relações com a milícia no Rio de Janeiro. Ela é filiada ao União Brasil, partido de Sergio Moro! Além do União Brasil, estão no governo os partidos burgueses MDB, PSD, PSB, PDT e a Rede, um partido pequeno burguês com um programa de defesa do capital.

Já durante o processo eleitoral a aliança com os partidos burgueses foi simbolizada pela figura do ex-tucano Gerado Alckmin como candidato a vice. Agora Alckmin também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Simone Tebet, do MDB, que se juntou à campanha de Lula no 2º turno,



Palácio do Planalto

As medidas adotadas pelo poder Judiciário contra bolsonaristas que invadiram a sede dos Três Poderes podem muito bem ser utilizadas também como instrumentos para atacar o movimento operário



## EDITORIAL

ficou com o ministério do Planejamento e Orçamento. Lula já declarou apoio a Arthur Lira (PP) e Rodrigo Pacheco (PSD) na reeleição para a presidência da Câmara e do Senado, ambos apoiados anteriormente por Bolsonaro. Vale lembrar que Lira foi o responsável por engavetar os diversos pedidos de impeachment de Bolsonaro.

Para além dos discursos e atos demagógicos do novo governo, é preciso olhar para o seu real conteúdo. Fernando Haddad, agora ministro da Fazenda, anunciou durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, os diálogos com o FMI para o estabelecimento de uma nova “âncora fiscal” no lugar do teto de gastos. Antes havia anunciado uma série de medidas para reduzir o déficit primário, incluindo corte de despesas. Ou seja, recados para reforçar perante o mercado o compromisso com a chamada responsabilidade fiscal, na realidade o compromisso com o capital financeiro de garantir o pagamento da dívida pública que alimenta banqueiros e especuladores. Haddad também colocou como meta a aprovação da Reforma Tributária no primeiro semestre, esta reforma estaria baseada nas PECs 45 e 110 já em tramitação no Congresso, que beneficiam os negócios da burguesia. Paulo Guedes e Bolsonaro tentaram aprovar essas mesmas medidas antes de saírem derrotados.

Caracterizamos este governo como um governo operário liberal, nos termos definidos pela 3ª Internacional em seu 4º Congresso. Um governo do PT, de união nacional, em uma época de crise profunda das instituições e do capitalismo.

“A Internacional Comunista deve considerar as seguintes possibilidades:

*Um governo operário liberal. Já existe um governo deste tipo na Austrália e também é possível a curto prazo na Inglaterra;*

*Um governo operário social-democrata (Alemanha);*

*Um governo de operários e camponeses. Esta eventualidade pode dar-se no Balcãs, na Tchecoslováquia etc.*



O novo governo eleito, diante do cenário de crise do capital, irá atacar direitos e conquistas dos trabalhadores

*Um governo operário com a participação dos comunistas;*

*Um verdadeiro governo operário proletário que, em sua forma mais pura, só pode ser encarnado por um partido comunista.*

*Os dois primeiros tipos de governos operários não são governos operários revolucionários, mas sim governos camuflados de coalizão entre a burguesia e os líderes operários contrarrevolucionários. Esses “governos operários” são tolerados nos períodos críticos de fragilização da burguesia para enganar o proletariado sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado ou para postergar o ataque revolucionário do proletariado e ganhar tempo, com a ajuda dos líderes operários corrompidos. Os comunistas não deverão participar em semelhantes governos. Pelo contrário, desmascararão impiedosamente perante as massas o verdadeiro caráter destes falsos “gover-*

*nos operários”. No período de declínio do capitalismo, quando a tarefa principal consiste em ganhar para a revolução a maioria do proletariado, esses governos, objetivamente, podem contribuir a precipitar o processo de decomposição do regime burguês” (4º Congresso da Internacional Comunista, 1922).*

Levando em conta a experiência política e histórica do proletariado, em especial da Revolução Espanhola, o marxismo sabe que na luta contra a extrema-direita e a contrarrevolução não se pode abandonar a luta pelas reivindicações mais sentidas dos oprimidos e explorados e a independência de classe, ou seja, a principal lição da Revolução Espanhola é a que a luta contra a extrema direita exige a luta contra a burguesia e o capital e, portanto, da construção do partido operário revolucionário independente.

Nesse sentido nossa política se opõe frontalmente à política do governo Lula-Alckmin, que é a política do capital e do imperialismo, o que não nos impede de sermos os mais decididos na luta contra a extrema-direita e o bolsonarismo.

Ao contrário dos dois primeiros mandatos de Lula, desta vez o cenário econômico estreita muito sua margem de manobra. Isso necessariamente irá se traduzir em manutenção de ataques anteriores (ao invés da revogação) e a preparação de novos ataques contra direitos e conquistas dos trabalhadores para atender às necessidades da burguesia e do imperialismo em meio à crise.

### **A encruzilhada do PSOL, a luta de classes e as tarefas dos marxistas**

Neste contexto, a classe trabalhadora necessi-

ta mais que nunca de um polo de organização independente do governo Lula-Alckmin. A ausência desse polo pode conduzir a um cenário em que a única oposição visível ao novo governo e seus ataques seja a oposição de direita, propiciando um novo fortalecimento da direita no país, seja com a liderança de Bolsonaro ou outra figura.

Hoje, o PSOL teria as condições de ser o ponto de apoio central para a constituição deste polo. Inclusive, uma posição independente do partido no combate à extrema-direita, aos ataques do governo e em defesa das reivindicações poderia abrir caminho para o PSOL se converter em um partido de massas, atraindo a classe trabalhadora.

No entanto, as decisões recentes adotadas pela maioria da direção do partido têm contrariado a via da independência de classe. O que vimos nas últimas eleições foi o aprofundamento de alianças do PSOL com partidos burgueses. O partido deu um passo para apagar seu caráter de classe constituindo a federação com a Rede. Deixou de se apresentar como uma alternativa de esquerda revolucionária ao bolsonarismo ao não lançar candidatura própria e apoiar Lula desde o 1º turno. E, por fim, na última reunião da Direção Nacional, permitiu a entrada de Sônia Guajajara (deputada federal eleita pelo PSOL e candidata a vice-presidente pelo partido em 2018) como ministra no governo Lula-Alckmin e também a participação de filiados no governo desde que se licenciem de seus cargos na direção do partido. Apesar da mesma resolução afirmar que “o PSOL não terá cargos na gestão que se inicia”, as decisões objetivas permitiram a participação de militantes do PSOL no governo de união nacional com a burguesia.

A Esquerda Marxista seguirá seu combate pela independência de classe do PSOL, agora em direção ao congresso do partido que ocorrerá em 2023. É necessária a unidade de todos que defendem um PSOL independente da burguesia e do governo de



coalizão com a burguesia na luta para impedir que o congresso aprove a entrada do PSOL como partido no governo Lula-Alckmin. Lançaremos um manifesto público que expressa esse combate.

É também para a juventude que os marxistas se dirigem com especial atenção, com seu jornal Tempo de Revolução, campanhas e programa revolucionário, explicando a necessidade da classe trabalhadora tomar o poder e gerir a sociedade em seu próprio benefício

A luta de classes seguirá, ela é mais forte que as direções traidoras, os aparatos e suas tentativas de conter o movimento das massas. É o que temos visto no Brasil e ao redor do mundo, como a onda de greves nos EUA e Reino Unido em 2022, a luta de jovens e mulheres no Irã contra o opressor regime teocrático, ou no combate de trabalhadores no Peru contra o golpe e a repressão, a greve geral na França contra a reforma da previdência anunciada por Macron.

A juventude tem sido o setor mais disposto a entrar em combate nos episódios de luta de classes e insurreições que têm se desenvolvido em escala internacional. No Brasil também observamos essa característica durante todo o mandato de Bolsonaro, com os jovens dando a cara das manifestações contra os ataques do governo, pelo “Fora Bolsonaro!” e até mesmo na campanha eleitoral de Lula para derrotar Bolsonaro. Portanto, é também para a juventude que os marxistas se dirigem com especial atenção, com seu jornal Tempo de Revolução, campanhas e programa revolucionário, explicando a necessida-

de da classe trabalhadora tomar o poder e gerir a sociedade em seu próprio benefício.

No Brasil, o cenário de crise econômica e disposição de luta na base coloca a perspectiva de uma explosão de lutas de jovens e trabalhadores no próximo período, a princípio a partir de lutas econômicas. Não é possível definir prazos exatos, mas esta é a perspectiva que podemos traçar e para a qual devemos nos preparar.

A tarefa dos revolucionários marxistas é, a cada combate, expressar a necessária independência de classe, a luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora internacional e, portanto, da construção da organização revolucionária, lutando contra os ataques do governo Lula-Alckmin e dos patrões, contra a extrema-direita e pelas liberdades democráticas, contra a integração do PSOL ao governo Lula-Alckmin e por sua independência, por um futuro digno para a juventude.

Numa situação econômica e política de aprofundamento da crise, dos ataques, de polarização social, devemos dialogar com a base, explicar a necessidade da unidade da classe e da cobrança das direções que reivindicam a classe trabalhadora para que assumam sua responsabilidade frente à classe trabalhadora nas organizações que controlam, denunciando em todos os momentos, sobre a base de fatos concretos, a política e objetivos do governo do PT/PCdoB com a burguesia, o governo Lula-Alckmin. Essa é a tarefa central dos marxistas.

Explicar, portanto, a situação para além da superfície é as tarefas dos revolucionários comunistas, fortalecer a organização revolucionária, a Esquerda Marxista e a Corrente Marxista Internacional, a força capaz de ajudar a classe trabalhadora e a juventude revolucionária a pôr fim ao pesadelo capitalista e a abrir o caminho para um futuro de verdadeira liberdade, felicidade e progresso.

**Comitê Central  
da Esquerda Marxista,  
22 de janeiro de 2023.**



Milhares foram às ruas em resposta às ações bolsonaristas de 8 de janeiro



## SITUAÇÃO POLÍTICA E ATIVIDADE DA EM



Tarcísio Motta Flickr

# Manifesto pela Independência do PSOL

## ESQUERDA MARXISTA

Este é o primeiro ano em que, no Brasil, os trabalhadores e a juventude veem de um lado um governo dirigido por Lula e de outro uma oposição bolsonarista de extrema-direita, intolerante, preconceituosa e que anseia por um golpe militar. Mas este não é o verdadeiro antagonismo na sociedade brasileira. O governo dirigido por Lula é também o governo que tem Alckmin como vice e ministro da Indústria, é o governo que tem o bolsonarista declarado José Múcio Monteiro como ministro da Defesa. As instituições ditas “democráticas” e seu “Estado democrático de direito” atacados pela extrema-direita e defendidos pelo governo Lula-Alckmin são as mesmas instituições e o mesmo Estado responsáveis pelo assassinato e encarceramento da juventude negra, pelo permanente saque da riqueza produzida pela classe trabalhadora através do pagamento dos juros da dívida pública em detrimento dos necessários investimentos em saúde, educação, habitação, cultura etc.

Em 2022, unimos esforços pela derrota eleitoral de Bolsonaro através da eleição de Lula. Mas é imprescindível evidenciar que entre o voto para derrotar Bolsonaro e a participação do PSOL no atual governo Lula-Alckmin há um abis-

mo cuja queda pode ser fatal para o Partido Socialismo e Liberdade.

O PSOL nasceu justamente para ser instrumento de uma oposição de esquerda ao então primeiro mandato do governo Lula que expulsou do PT parlamentares que se recusaram a dar seu voto para atacar direitos previdenciários dos trabalhadores. Agora, o governo Lula-Alckmin é um governo de união nacional com a burguesia e promete ser uma edição muito piorada do que foram os governos anteriores encabeçados pelo PT. Por que então o PSOL deveria participar de tal governo?

O governo Lula-Alckmin acolhe ministros de direita de diversos matizes, inclusive bolsonaristas declarados, todos representantes de diferentes setores da classe capitalista que explora a maioria do povo brasileiro e tem interesses antagônicos aos da classe trabalhadora. Este governo já assumiu seu compromisso com a responsabilidade fiscal, ou seja, seu compromisso em garantir e priorizar o pagamento da fraudulenta dívida pública, transferindo ainda mais porções do montante de mais-valia produzida pela classe trabalhadora brasileira para os donos do capital financeiro internacional. Qual poderia ser o lugar do PSOL neste governo?

A responsabilidade do PSOL é manter sua independência e organizar um polo de resistência aos ataques do governo Lula-Alckmin

É preciso aprender com as lições da história. Na Itália, por exemplo, depois que o antigo Partido Comunista, o partido de massas da classe trabalhadora italiana, se transfigurou em Partido Democrata, os que resistiram a esta capitulação lançaram o Partido da Refundação Comunista (PRC) que, proporcionalmente, era maior do que o PSOL é hoje aqui. Mas, a direção do PRC cometeu o erro de participar do governo encabeçado pelo Partido Democrata em coalizão com a burguesia. O resultado foi a total desmoralização do PRC que hoje não é capaz sequer de eleger deputados e perdeu a oportunidade histórica de ser um polo de reorganização da classe operária italiana.

O que se prepara no Brasil é um acirramento da luta de classes, com choques brutais que resultarão em desenvolvimentos imprevisíveis e sem precedentes. O governo Lula-Alckmin governará para o capital, privatizan-

do, aprofundando a retirada de direitos e a repressão. A oposição de extrema-direita bolsonarista vai buscar se construir criticando e atacando o governo permanentemente. A classe trabalhadora, resistindo, buscará algo à esquerda. E o que encontrará para se utilizar se o PSOL estiver participando do governo?

A responsabilidade do PSOL é manter sua independência e organizar um polo de resistência aos ataques do governo Lula-Alckmin, de luta pelas reivindicações da classe trabalhadora e da juventude. Uma oposição de esquerda, que jamais possa ser confundida com a oposição bolsonarista, portanto que combata pela revogação das contrarreformas aplicadas nos últimos anos, contra as privatizações, pelo não pagamento da dívida e por mais verbas para a saúde, educação, moradia, cultura etc. Este é o polo necessário para impedir que toda oposição ao futuro governo tenha como único canal para se expressar a oposição de extrema-direita. No caso de ataques da direita bolsonarista ao governo Lula, o PSOL poderá atuar em frente única na defesa do governo, mas, assim como fizemos na luta contra o impeachment de Dilma, com independência de classe, sem baixar nossas bandeiras e sem deixar de fazer as críticas. Só assim o PSOL poderá ter a chan-

ce de ocupar na história o papel de ser reorganizador das lutas da classe trabalhadora brasileira.

Uma eventual decisão do Congresso do PSOL pela participação do partido no governo Lula-Alckmin estará condenando o partido fundado para lutar pelo socialismo a submeter-se aos interesses da grande burguesia e do imperialismo. É preciso travar um combate em direção ao Congresso Nacional do PSOL previsto para 2023. Impedir a integração do PSOL no governo de união nacional e reverter a decisão da maioria da direção do partido que deu a permissão a militantes do PSOL de ocuparem cargos no governo Lula-Alckmin. O resultado deste combate impacta não somente o futuro do PSOL, mas os desenvolvimentos para a reorganização da classe trabalhadora no país.

O verdadeiro antagonismo na sociedade brasileira é o antagonismo entre as classes. Portanto, embora o combate ao bolsonarismo seja uma prioridade incontornável, ele não pode se dar em detrimento da luta de classes. Só com total independência em relação a este governo e combatendo por cada direito e conquista da classe trabalhadora é que o PSOL estará apto a ocupar o lugar que a história reserva somente aos partidos dignos de se chamarem socialistas!



FÁBRICAS OCUPADAS



# CHICO LESSA, PRESENTE, SEMPRE

## RELEMBRANDO SUA TRAJETÓRIA

Omês de fevereiro de 2015 se encerrou com muita tristeza para a Esquerda Marxista, perdemos nosso camarada Francisco João Lessa em um trágico acidente. É nossa tarefa lembrar seu legado, por isso, destinamos esse espaço dedicado à memória do Movimento das Fábricas Ocupadas para homenageá-lo da melhor forma, lembrando sua trajetória política e seu ânimo militante, retomando o artigo publicado na Revista América Socialista do primeiro semestre de 2015 que conta um pouquinho da vida e da militância de Chico. Convidamos nossos militantes e simpatizantes não só a conhecerem sua história, mas tê-lo como exemplo de comunista, neste sentido recordamos Chico com o espírito sempre jovem que lhe acompanhava, com a gargalhada inconfundível, com seu bom humor constante e acima de tudo sua coragem militante, um homem excepcional que tivemos a alegria de ter entre nossos dirigentes. **Chico Lessa, presente!**

Na noite de 27 de fevereiro de 2015 nosso querido camarada Chico Lessa foi assolado por um terrível acidente e, em 28 de fevereiro, Chico Lessa nos deixava. Difícil medir o tamanho do vazio deixado por ele na luta de classes e, em especial, na construção do partido revolucionário, mas sem dúvida estamos dia a dia lutando para que seu legado seja mantido.

Francisco foi um advogado trabalhista brilhante, mas acima de tudo foi um militante exemplar. Não um militante perfeito, até porque essa palavra não combina com a defesa incondicional do materialismo histórico dialético, que Chico defendeu até seu último dia.

A Esquerda Marxista tem por objetivo preservar a história desse camarada com o intuito de que ele nos sirva de exemplo. Todos aqueles que se reivindicam do marxismo precisam conhecer aqueles que dedicaram suas vidas na construção de outro mundo, na construção do Socialismo.

Francisco João Lessa era um homem que veio do campo, interior de Santa Catarina, um campônio como ele gostava de dizer, frequentou o seminário e em dado momento o padre explicou a ele que era melhor que fosse para casa, pois ele gostava muito das coisas da vida e o menino, nas palavras do poeta – “Tinha fugido do céu (...). No céu era tudo falso, tudo em desacordo, com flores e árvores e pedras, no céu tinha que estar sempre sério”<sup>1</sup>.

Dali em diante, Chico conheceu o mundo. Foi para a cidade grande, trabalhou, conheceu a pé a capital do Estado de Santa Catarina cadastrando casas. Dizia sempre, Florianópolis é linda. De Florianópolis foi para Itajaí, estudar Direito. Conheceu o movimento estudantil, a literatura e o marxismo. De campônio o jovem passou a internacionalista, posição essa que o acompanharia até a parti-

da. Gostava de contar que cuidou da biblioteca na ausência da funcionária, pois era quem mais conhecia tudo que lá estava.

Membro do Comitê Central da EM, foi um dos principais dirigentes das Fábricas Ocupadas, fez história, desafiou o judiciário, descumpriu ordens judiciais, tudo em defesa dos operários da Cipla e da Interfibra

Chico era um operário do direito, como ele dizia, um advogado brilhante, que conhecia música clássica, Cervantes, Goethe, leu a obra toda de Orwell e chegou a presentear toda a família cada qual com um livro do Gabriel Garcia Marques. Leu e estudou profundamente tudo que pode, até o último dia, de Trotsky, Lênin, Marx e Engels. Ao mesmo tempo, era um homem simples, contava história, ria muito, dizia que a humanidade não nasceu para a tristeza. Ao lado dos operários viveu toda sua vida adulta, fosse na assembleia sindical, na defesa judicial dos operários ou mesmo no boteco em frente à fábrica. Sim, Chico era um homem que estava sempre ao lado dos operários.

Na vida sindical ajudou a fundar a Alisc (Associação dos Licenciados de SC, hoje Sinte) em Itajaí e outros tantos sindicatos pelo estado. Teve papel fundamental na construção da CUT, na conquista para os trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos, em Jaraguá do Sul, dos Plásticos, Mecânicos e Metalúrgicos, em Joinville. Muitas dessas entidades voltaram às mãos

da direita ou traíram os interesses da classe trabalhadora com o passar dos anos. Chico rompeu com cada uma das direções que se apelegaram e combateu a colaboração de classes até seu último dia. Isso vale também para o Partido dos Trabalhadores, que ajudou a fundar e dentro do qual lutou pela virada à esquerda por mais de 30 anos. Ele estava entusiasmado com a decisão da EM de sair do PT e entrar no PSOL. Não fosse sua prematura partida, teria cumprido papel de destaque nessa nova empreitada.

O último sindicato que Chico ajudou a retomar para os trabalhadores e para a CUT, em 2010, foi o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região, onde atuou até seu último dia.

Chico era um homem que ouvia, não tinha ânsia em responder. Viveu a maior parte absoluta da vida consciente como um militante da Esquerda Marxista, da Corrente Marxista Internacional, portanto, acreditando na construção do partido, no centralismo democrático e na unidade dos trabalhadores do mundo. Membro do Comitê Central da EM, foi um dos principais dirigentes das Fábricas Ocupadas, fez história, desafiou o judiciário, descumpriu ordens judiciais, tudo em defesa dos operários da Cipla e da Interfibra. Sem dúvidas, se a ele perguntassem, diria: nada em minha vida militante foi maior que a luta das fábricas ocupadas.

Chico faleceu em um trágico acidente em São Paulo. Estava lá para cumprir uma tarefa que se orgulhava em fazer, a reunião do Comitê Central da Esquerda Marxista. Seu coração parou de bater na Avenida São João.

Nesta data de indescritível tristeza, os militantes da Esquerda Marxista homenageiam Chico Lessa com nova vitória nas eleições do Sinsej.

Como disse Engels na morte de Marx, nós dizemos ao nosso camarada: “Seu nome viverá através dos séculos, assim como sua obra”. Chico Lessa, Presente!



<sup>1</sup> O excerto é do poema “O guardador de Rebanhos” do escritor português Fernando Pessoa, escritor que Chico adorava.



## JUVENTUDE

# A EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA-ALCKMIN

| LUCY DIAS

A educação pública, gratuita e para todos, da creche à universidade, é uma bandeira histórica do movimento operário internacional. Ela remonta à época da Revolução Francesa (1789) em que a burguesia, ainda como classe revolucionária, dava enorme impulso às ciências e às artes contra o obscurantismo feudal. O movimento operário, da Comuna de Paris (1871) e a Revolução Russa de 1917 aperfeiçoaram a noção de educação pública, gratuita e para todos, reafirmando a laicidade da educação e da escola-trabalho, uma escola politécnica, voltada ao desenvolvimento de um ser humano completo.

A época que vivemos, no entanto, é a época em que a burguesia não tem nenhum interesse em promover a educação pública, gratuita e para todos. Muito menos que essa educação esteja voltada para o desenvolvimento das potencialidades de cada ser humano. A época do imperialismo é a época da reação em toda linha, explicou Lênin. A educação pública torna-se um importante alvo para a burguesia abrir novos mercados e obter novas fontes de lucro.

Essa cruzada contra a educação pública pode assumir pelo menos duas formas. Aquela que os governos Temer (MDB) e Bolsonaro (PL) promove-

ram, com um desmonte direto associado a políticas abertamente privatistas e um descaso sem qualquer véu de disfarce. Mas também pode assumir uma outra forma, mais sutil e que se pinta de democrática, pela transferência de dinheiro público para entidades privadas que os governos petistas de Lula e Dilma promoveram, com a implementação do Programa Universidade Para Todos (ProUni) e ampliação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), além de outras leis, como a de Inovação Tecnológica, que implementa as Parceiras Público-Privadas nas universidades.

## A Educação no governo Lula-Alckmin

Conforme analisamos em nosso Editorial de 02/11/22, “o governo Lula, sabemos, será um governo de União Nacional, um governo de um partido operário com a maioria da burguesia”. Como isso se reflete em seu programa? Vejamos o que diz o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental:

“Também merecem atenção a implementação da Base Nacional Comum Curricular; a reforma do ensino médio; a concessão de bolsas de pós-gradua-

ção, iniciação à docência, iniciação científica e ensino médio e técnico; as políticas de cotas para estudantes do ensino superior; a educação profissional e tecnológica; a estrutura das autarquias vinculadas ao MEC; e as ações do INEP, como o Censo Escolar e o SAEB” (p. 16).

No lugar de defender a sua imediata revogação, o novo governo diz que a Reforma do Ensino Médio merece a atenção em sua implementação. Não revogar a Reforma do Ensino significa dar continuidade ao processo de destruição e, conseqüentemente, de privatização da educação pública brasileira. Isso representa uma redução brutal no acesso ao conhecimento cultural, artístico e científico das próximas gerações de estudantes.

Para darmos um exemplo, de acordo com a Base Nacional Co-

mum Curricular (BNCC), apenas Língua Portuguesa e Matemática permanecem como matérias obrigatórias durante os três anos de Ensino Médio e o conteúdo que deixa de ser obrigatório é substituído pelos Itinerários Educativos. Esses itinerários podem ser ofertados por Organizações Sociais em parcerias-público-privadas. Além disso, o conteúdo dessa carga horária é preenchido com ênfase em habilidades e competências, o que significa uma escola voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho precarizado. Algumas escolas sequer ofertarão os Itinerários Educativos, uma vez que eles não são obrigatórios.

O “Novo” Ensino Médio também prevê a substituição de profissionais com direitos trabalhistas por contratos de trabalho preca-

rizados, baseados no notório saber.

Todo esse desmonte e nenhuma linha sobre a revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, nem no relatório da equipe de transição, nem no discurso de Lula, e nem no discurso de Camilo Santana, novo ministro da Educação. Na verdade, o que ambos corroboram é no aprofundamento da Reforma do Ensino Médio, por meio do ensino público em tempo integral.

## Manutenção da transferência de dinheiro público para empresas privadas

O aumento nacional do piso do magistério e o reajuste nas bolsas da CAPES e CNPq promovidos nesses primeiros quinze dias de governo Lula são medidas importantes, sem dúvida. Mas ainda permanece a lógica privatista na educação superior nas diretrizes de Camilo Santana em seu comando no MEC:

“Recuperação da qualidade da merenda; priorizar a alfabetização na infância; plano de retomada do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e do Prouni (Programa Universidade

No lugar de defender a sua imediata revogação, o novo governo diz que a Reforma do Ensino Médio merece a atenção em sua implementação





*Para Todos); aumento de escolas de tempo integral; incremento nos recursos orçamentários disponíveis para pasta; melhoria na autonomia de universidades.”*

Como demonstramos em outros artigos, entre 2004 e 2010 o ProUni abriu 473 mil vagas no ensino superior privado, dinheiro que poderia ter sido investido para ampliar o ensino superior público. Alguém pode se perguntar qual o problema disso, uma vez que mais jovens estão entrando na universidade. O problema está na utilização dos recursos públicos por empresas do ramo educacional que tem compromisso apenas com o lucro, nas quais o ensino, pesquisa e extensão são colocados em segundo plano. Há, ainda, problemas com as estruturas das universidades, configurando um ataque aos estudantes e aos professores com a implementação de parte da grade em modelo EaD, a terceirização de profissionais da segurança e limpeza, a falta de políticas de permanência estudantil etc.

Um compromisso com a educação e ciência pública começa pela revogação da reforma do ensino médio e a política de dinheiro público para a educação pública, colocando todos os recursos necessários para que a educação pública seja gratuita e universalizada, da creche à universidade. Este não é o compromisso do atual governo. O governo Lula-Alckmin, frente à crise do sistema capitalista, será utilizado pelos interesses do imperialismo para abrir cada vez mais as portas da educação e da ciência para o setor privado, aprofundando as políticas neste sentido dos primeiros governos petistas.

A luta pela educação pública, gratuita e para todos foi inscrita no Congresso de Refundação da União Nacional dos Estudantes em 1979. Essa pauta fundamental foi abandonada paulatinamente à medida que o PT se tornou governo nos anos 2000. As principais entidades estudantis, a UNE e a UBES tornaram-se braços juvenis de apoio à implementação da política de transferência de dinheiro para as universidades privadas, a principal palavra

de ordem se tornou a regulamentação do ensino superior privado.

Hoje mais de 75% do ensino superior é privado e está na lógica da educação como mercadoria, os estudantes como clientes e as universidades como empresas que visam apenas seu lucro. O ensino médio é o próximo alvo do capital financeiro e dos tubarões do ensino.

Hoje mais de 75% do ensino superior é privado e está na lógica da educação como mercadoria, os estudantes como clientes e as universidades como empresas que visam apenas seu lucro. O ensino médio é o próximo alvo do capital financeiro e dos tubarões do ensino

### Nossas tarefas

No combate pela educação pública, gratuita e para todos como reivindicação central dos estudantes, em aliança com a classe trabalhadora, a Liberdade e Luta está combatendo no campo teórico e prático. Lançamos em 2021 a brochura “A luta pela educação pública, gratuita e para todos: questões do movimento estudantil” que agora será impressa para difusão em nossas bancas e atividades nas calouradas 2023 e ao longo do ano. Para celebrar, publicamos os artigos dessa brochura e disponibilizamos a versão em PDF gratuitamente em nosso site.

Também estamos organizando a reimpressão da brochura “Reforma do Ensino Médio: o fim da escola pública, gratuita e para todos” que explica profundamente o ataque que significa essa contrarreforma, sua aplicação e a necessidade de reverter imediatamente essa reforma.

Você pode contribuir para que possamos seguir publicando mate-

riais como esse e para o autofinanciamento de nossa organização, doando qualquer quantia pelo PIX: souliberdadeeluta@gmail.com

Para o início de fevereiro, também vai sair do forno a 2ª edição do Boletim Liberdade e Luta, discutindo temas como a luta pelo fim da Polícia Militar e as boas-vindas aos calouros nas escolas e universidades com um chamado à luta pela educação pública, gratuita e para todos e para conhecer mais sobre a história do Movimento das Fábricas Ocupadas que completou 20 anos.

Após as calouradas, organizaremos plenárias da Liberdade e Luta para discutir a situação política nacional e internacional e como podemos nos organizar pelo socialismo internacional, definindo um calendário de atividades sobre os clássicos do marxismo, os problemas do movimento estudantil e os encontros regionais e nacional.

Movimentos revolucionários dos trabalhadores estão se desenvolvendo no mundo inteiro. No Peru, a luta contra o golpe a Castillo segue se desenvolvendo com a esplêndida manifestação ocorrida no dia 19 de janeiro e estamos mobilizando a campanha pela libertação dos presos políticos e para pôr abaixo o governo de Dina Boluarte. Nesse mesmo dia, mostrando a unidade internacional da luta de classes, mais de um milhão de trabalhadores foram às ruas da França para dizer “não” à Reforma da Previdência de Macron. No Irã, o assassinato brutal da jovem Masha Amini mobilizou a juventude e os trabalhadores do país inteiro. Mulheres de diferentes idades jogaram fora seus véus e agora conhecem bem o gosto da liberdade. A repressão brutal do Estado está condenando jovens e trabalhadores à execução, com enforcamentos em praça pública! Estamos em campanha exigindo a libertação dos presos políticos e o cancelamento das execuções. Participe das campanhas de solidariedade internacional, envie sua moção!



Alexandre Linares



Utilize o QR Code acima ou visite a página da Liberdade e Luta no Instagram e participe da campanha de solidariedade enviando sua moção!



## EM DEFESA DO MARXISMO

# Marxismo, dinheiro e inflação

Parte 3 de 3

| ADAM BOOTH

## Anarquia de Mercado

Com sua fé ardente no poder do mercado, os principais representantes da classe dominante acreditavam que tais rupturas passariam rapidamente e que a harmonia e o equilíbrio logo seriam restaurados.

A demanda diminuiria após um aumento inicial pós-bloqueio. A oferta se recuperaria à medida que a pandemia diminuísse e a economia voltasse ao “normal”. A inflação, eles esperavam, não passaria de uma febre efêmera.

Mas os setores listados acima são dominados principalmente por monopólios e cartéis, como a OPEP (os países produtores de petróleo), que geralmente preferem responder a preços mais altos aumentando seus lucros, em vez de aumentar a produção.

Os valores necessários para se entrar nesses mercados, entretanto, tornam quase impossível a entrada de novos fornecedores, impedindo a concorrência e mantendo os preços inflacionados artificialmente.

Ao mesmo tempo, com a globalização veio um tremendo nível de monopolização e especialização. Certas indústrias críticas – como a produção de chips de computador de silício – estão agora concentradas em apenas um ou dois países. E se estes forem cortados do resto do mundo, as frágeis cadeias de su-

primentos e os mercados globais podem facilmente começar a se romper.

Na raiz, tudo isso é produto da anarquia do capitalismo: um sistema de propriedade privada e produção com fins lucrativos.

Durante décadas, compelidos pela concorrência, os padrões seguiram métodos de produção “just-in-time”. Isso significou cortar qualquer gordura, eliminar redundâncias e estender demais as cadeias de suprimentos – tudo para obter lucros cada vez maiores.

Na raiz, tudo isso é produto da anarquia do capitalismo: um sistema de propriedade privada e produção com fins lucrativos

Da mesma forma, nos países capitalistas avançados, tem havido falta de investimento de longo prazo na indústria e na infraestrutura, em favor da especulação financeira de curto prazo.

Mas essa abordagem míope introduziu uma enorme fragilidade no sistema, deixando as economias vulneráveis a “acidentes” como guerras, pandemias e desastres naturais.

Tome-se o gás, por exemplo. Nos últimos anos, a capacidade de armazenamento de gás no

Reino Unido foi reduzida de mais de 10% da demanda anual para menos de 2%. Mesmo pequenas flutuações na demanda doméstica ou nas importações disponíveis, portanto, podem resultar em um déficit preocupante e em altas maciças nos preços da energia – como foi visto ao longo do ano passado.

Ou olhe-se para o petróleo. O início da pandemia viu um enorme colapso na demanda por petróleo, resultando em preços negativos nos EUA pela primeira vez na história. Dois anos depois, à medida que os bloqueios terminam e a demanda retorna, perfuratrizes e bombas inativas não podem ser reativadas com rapidez suficiente.

Juntamente aos efeitos do conflito na Ucrânia, isso serviu para elevar consistentemente o preço do petróleo Brent acima de US\$ 100 por barril nos últimos meses, com o presidente dos EUA, Joe Biden, agora implorando aos produtores de petróleo “perfore, baby, perfore!”

O mesmo processo fundamental pode ser visto em toda a economia mundial. A mão invisível não consegue acompanhar as oscilações voláteis da oferta e da demanda; nem com os repetidos golpes de martelo que chovem sobre o sistema capitalista, interrompendo o fornecimento de uma série de bens essenciais e matérias-primas.

“Um choque de tal profundidade e amplitude é



sem precedentes”, afirma *The Economist* em um artigo recente sobre o impacto da guerra na oferta internacional de commodities-chave. “Reequilibrar o mercado, portanto, parece impossível sem uma redução forçada da demanda.” Em outras palavras: um retorno ao racionamento.

Em resumo, o mercado falhou. Longe de alocar recursos com eficiência, mostrou-se incapaz de prover as necessidades básicas da vida. No lugar desse caos capitalista, precisamos de um plano de produção socialista.

## A globalização desmorona

Juntamente ao capital fictício e aos choques de oferta, outro componente importante da atual crise inflacionária é o aumento real dos custos de produção.

Enquanto os dois primeiros fatores refletem a pressão ascendente das forças de mercado sobre os preços, devido a desequilíbrios na oferta e na demanda, esse terceiro ingrediente da inflação significa um crescimento relativo dos valores – ou seja, do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e distribuir determinados mercadorias.

Hoje, isso está principalmente ligado à questão da globalização e do protecionismo.

Nas últimas décadas, como já discutido, a globalização – juntamente à automação e aos ataques à classe trabalhadora – atuou para exercer uma forte pressão baixista sobre os preços.

À medida que a China, a Rússia e a Europa Oriental se abriram para o mercado mundial, novas fontes de mão de obra e recursos baratos tornaram-se acessíveis ao capital ocidental.

Além disso, como mencionado acima, o estabelecimento de cadeias de suprimentos globais, com o desenvolvimento da comunicação e dos transportes, levou a uma concentração da produção, na forma de gigantes monopólios multinacionais em muitos setores. E com isso vieram as economias de escala: melhorias na produtividade que ajudaram a reduzir os custos.

Agora, no entanto, esse processo está começando a desacelerar e até mesmo a reverter.

As crescentes tensões entre as potências capitalistas estão aguçando as contradições na economia mundial. A globalização está recuando; o



nacionalismo econômico está em ascensão; e as cadeias de suprimentos globais estão começando a serem relaxadas – tudo isso está se acelerando em resposta à pandemia, à guerra na Ucrânia e às sanções que se seguiram à Rússia.

O resultado é um desmoronamento do comércio internacional que, durante décadas após a Segunda Guerra Mundial, vinha se expandindo constantemente em comparação com a produção econômica global.

Isso terá o efeito de “balcanizar” o capitalismo, fraturando o mercado mundial, reduzindo a eficiência na produção e aumentando os preços (em relação aos salários, o preço da força de trabalho).

Joe Biden, por exemplo, está agora alardeando o slogan “Made in America”, enquanto procura reorientar a fabricação para os EUA. Na realidade, isso significa erguer novas barreiras ao comércio – impondo custos adicionais aos produtores.

Isso revela o severo impacto das decisões políticas da classe dominante sobre a inflação: as políticas “America First” de Donald Trump; a beligerância do Brexit de Boris Johnson; ou a prolongada guerra por procuração do imperialismo dos EUA com a Rússia na Ucrânia, para citar apenas algumas – decisões que são tomadas em resposta à crise e às contradições do capitalismo, mas que, por sua vez, ameaçam jogar gasolina em um incêndio já violento.

E, sobretudo, destaca mais uma vez como o Estado-nação, ao lado da propriedade privada, atua como a barreira fundamental ao desenvolvimento das forças produtivas.

### ‘Estagflação’

O resultado geral é que a economia mundial está agora caminhando para o cenário de pesadelo do aumento da inflação ao lado da desaceleração do crescimento – uma combinação assassina chamada pelos comentaristas econômicos burgueses como “estagflação”.

Diante de tal perspectiva, a classe dominante é despojada das armas de seu arsenal nas quais normalmente confiaria.

As taxas de juros, por exemplo, são uma ferra-



A economia mundial está caminhando para o cenário de aumento da inflação ao lado da desaceleração do crescimento

menta contundente, destinada a subjugar a demanda por meio do aperto da oferta de moeda. Mas a demanda do consumidor já está sendo prejudicada por preços mais altos, com renda familiar e poupança acumulada incapazes de cobrir as contas crescentes – daí as projeções de crescimento mais lento, com as esperanças anteriores de uma recuperação robusta pós-pandemia agora extintas.

Além disso, o aumento das taxas de juros também intensifica o peso da dívida, elevando os custos dos empréstimos. E, no contexto atual de famílias, empresas e governos altamente endividados, isso pode provocar uma queda acentuada.

Portanto, a situação atual gerou comparações com a década de 1970: a última vez que os países capitalistas avançados enfrentaram a “estagflação”, com níveis de inflação semelhantes (ou piores), simultâneos a uma recessão econômica e alto desemprego.

As pressões inflacionárias incluíram então tanto capital fictício quanto choques de oferta, como a crise do petróleo de 1973, que viu os preços da energia dispararem como resultado da guerra do Yom Kippur e do subsequente embargo do petróleo.

No final da década, a situação estava ficando fora de controle, com a taxa de inflação anualizada nos EUA atingindo mais de 13% em dezembro de 1979.

Naquele mesmo ano, o presidente Democrata dos EUA, Jimmy Carter, nomeou o autoproclamado “monetarista prático” Paul Volcker como presidente do Fed. Ao assumir o cargo, Volcker agiu imediatamente para aumentar as taxas básicas do banco central de cerca de 10% para 20%.

O objetivo do Fed era provocar artificialmente uma recessão restringindo o crédito, na esperança de aumentar o desemprego e baixar os salários – um objetivo no qual Volcker e a classe dominante tiveram sucesso.

No entanto, esse movimento veio com tremendos danos colaterais, com as consequências sentidas em toda a sociedade. Até hoje, o impacto pode ser visto em termos das cicatrizes da desindustrialização no Cinturão da Ferrugem.

Como em toda analogia, no entanto, existem limites importantes para esse paralelo histórico. 2022 não é 1980. Ambas as crises inflacionárias compartilham certas semelhanças – mais notavelmente, após uma década ou mais de instabilidade econômica, social e política. Mas também há diferenças importantes.

Em primeiro lugar, a classe dominante está entrando na crise de hoje com níveis muito maiores de dívida e capital fictício circulando em seu sistema.

A dívida global atingiu uma alta histórica de 360% do PIB em 2020, saltando 28 pontos percentuais como resultado dos gastos estatais relacionados à pandemia. Nos EUA, as dívidas federais estão agora em quase 140% do PIB. Em comparação, a Casa Branca entrou na década de 1980 com dívidas historicamente baixas de apenas 32% do PIB.

O mesmo é geralmente verdade para todos os países. O mundo nunca esteve tão cheio de dívidas. Um aumento nas taxas de juros neste momento, portanto, causará muito mais devastação econômica e contágio financeiro do que na época de Volcker, provocando falências em massa de países, empresas e famílias.

Da mesma forma, a economia global está muito mais integrada agora do que antes. Isso significa que o impacto das decisões do Fed agora repercutirá em todo o planeta. A inadimplência de fato do Sri Lanka recentemente e as oscilações de pânico no mercado de ações são um prenúncio do que está por vir.

Finalmente, ao contrário da década de 1980, o sistema capitalista hoje não está à beira de um auge. Naquela época, a era da globalização estava apenas começando, com a expansão do comércio internacional recebendo um impulso significativo quando primeiro a China,





## EM DEFESA DO MARXISMO

depois a Europa Oriental e a Rússia começaram a abrir suas economias ao mercado mundial. Isso forneceu novas fontes de investimento lucrativo para os capitalistas, ajudando a aliviar o declínio no Ocidente.

Por outro lado, como já discutido, a globalização agora está começando a desmoronar. E longe de enfrentar um período de alta, estamos entrando em um período de estagnação e crise, com mercados saturados e nacionalismo econômico em ascensão.

Acima de tudo, a culpa é do sistema capitalista: um sistema inerentemente anárquico, no qual nossas vidas e nossos futuros são deixados nas mãos invisíveis do mercado; onde os recursos abundantes da sociedade são desperdiçados em prol dos lucros dos patrões

Embora a recessão induzida por Volcker tenha sido curta e acentuada, uma aterrissagem forçada hoje provavelmente será muito mais acidentada e prolongada – chegando ao topo da recessão de 2008 e do crash do coronavírus, com todas as contradições não resolvidas que essas crises trouxeram consigo.

Por outro lado, se os governos continuarem a financiar o déficit e os bancos centrais não tomarem medidas para restringir a oferta de crédito e dinheiro, isso só aumentará as dívidas e alimentará ainda mais a inflação, levando a novas quedas nos salários reais e nos padrões de vida dos trabalhadores e dos pobres.

Qualquer que seja a decisão que a classe dominante tome, portanto, levará ao desastre: seja no curto prazo, ou preparando as condições para crises ainda mais intensas no futuro. Com base no capitalismo, em outras palavras, todos os caminhos levam à ruína.

E seja através da austeridade ou da inflação, ou de ambas, é a classe trabalhadora que terá que pagar a conta. O palco está, portanto, montado para intensas lutas de classes em todos os lugares.

### O culpado é o capitalismo

Percebe-se, então, que a inflação é um fenômeno complexo, envolvendo a interação de uma série de fatores, processos e dinâmicas. É uma hidra de muitas cabeças. Mas de qualquer forma que você examine, a culpa não recai sobre os trabalhadores. O verdadeiro culpado é o capitalismo e suas contradições.

É a classe dominante e seus representantes que têm espalhado dinheiro de forma imprudente pela economia global desde 2008 (e ao longo do século passado), como um incendiário sendo convidado a enfrentar um inferno em chamas.



Oleg Gamulinskiy, Pixabay

São os capitalistas que lucraram com a escassez; especulando e acumulando, em vez de investir na produção real.

São os monopólios multinacionais que estenderam as cadeias de suprimentos até o ponto de ruptura e que reduziram toda redundância e resiliência até o osso, em um esforço para obter lucros cada vez maiores.

São os patrões e bilionários que reduziram os salários e as condições dos trabalhadores em uma corrida ao fundo, levando ao declínio dos salários reais ao lado da escassez de mão de obra em setores vitais.

São os políticos capitalistas, em defesa da classe capitalista de suas próprias nações, que seguiram o caminho do protecionismo: implementando tarifas; relocando a produção; e realizando desvalorizações competitivas de suas moedas – tudo para exportar a crise para outros lugares,

com os custos arcados pelos trabalhadores em casa e no exterior.

E são os belicistas imperialistas que desperdiçaram a riqueza da sociedade em armas e impuseram sanções selvagens, causando enormes deslocamentos econômicos e elevando o preço do petróleo, gás e outras commodities importantes – tudo para expandir seus mercados e esferas de influência.

Acima de tudo, a culpa é do sistema capitalista: um sistema inerentemente anárquico, no qual nossas vidas e nossos futuros são deixados nas mãos invisíveis do mercado; onde os recursos abundantes da sociedade são desperdiçados em prol dos lucros dos patrões, em vez de serem utilizados racionalmente para atender às necessidades das pessoas e do planeta.

Em última análise, a inflação é um sintoma da anarquia e da decadência do sistema capitalista; uma praga que

só será realmente curada se nos livrarmos da economia de mercado, tirando a produção das mãos privadas e colocando-a sob propriedade comum e controle dos trabalhadores.

“A classe trabalhadora”, escreveu Marx em Valor, Preço e Lucro, “não deve esquecer que está lutando com efeitos, mas não com as causas desses efeitos; que estão retardando o movimento descendente, mas não mudando sua direção; que eles estão aplicando paliativos, não curando a doença.”

A única solução genuína e duradoura para a classe trabalhadora, portanto, é expropriar os bilionários e planejar a economia em linhas socialistas.

Essa é a tarefa revolucionária à nossa frente. O capitalismo é caos e crise. Este sistema senil não pode ser remendado. Deve ser derrubado. | Tradução de Fabiano Leite.







INTERNACIONAL



Mesmo diante da brutal repressão policial que assassinou mais de 50, manifestantes peruanos seguem nas ruas contra o governo golpista de Dina Boluarte

# O que podemos aprender com as manifestações no Peru?

EVANDRO COLZANI

As mobilizações iniciadas no Peru após a derrubada e a prisão do presidente Pedro Castillo (Perú Libre) no fim do ano passado expõem uma série de debilidades de um capitalismo moribundo em crise e exemplificam a disposição de combate das massas que protagonizam, no último período, inúmeras explosões sociais que ganham traços insurrecionais em diversos países. Considerando que cada país possui suas particularidades históricas, podemos afirmar que as manifestações iranianas, iniciadas após o assassinato de Mahsa Amini pela polícia da moralidade, carrega a mesma essência da revolta peruana.

No último dia 19, a capital Lima foi palco de massivos protestos que se dirigiram à atual presidente, Dina Boluarte, ao Congresso, e carregavam palavras de ordem como “Essa democracia não é mais uma democracia”. Em Macusani, na região de Puno, o assassinato de um manifestante resultou na queima do prédio do Judiciário da cidade e da delegacia de polícia. As instituições burguesas estão desacreditadas e a repressão policial não intimida mais aqueles que tomam as ruas.

Diante das dificuldades de frear o ímpeto das massas através da repressão, a classe dominante peruana busca novas formas de enfraquecer o movimento e conta com a possibilidade de seu arrefecimento caso os protestos se arrastem por um período sem alcançar seu objetivo.

Superar os obstáculos que se apresentam agora e forjar uma direção capaz de guiar trabalhadores e camponeses ao poder é uma tarefa do movimento operário peruano e, internacionalmente, devemos prestar nossa solidariedade por meio de ações online ou nas embaixadas e consulados, como as propostas pela Corrente Marxista Internacional (CMI) e suas seções. Mas devemos também aprender com este processo e extrair as principais lições que podem nos ajudar na arena brasileira da luta de classes.

## As consequências da colaboração de classes

Quando eleito em 2021, Pedro Castillo não era o candidato da burguesia para governar o país. Apesar de seu programa limitado a algumas reformas, sua origem proletária e sua defesa de pautas voltadas aos trabalhadores permitiu a vitória de Castillo em um segundo tur-

no acirrado contra Keiko Fujimori, a candidata da burguesia peruana e do imperialismo. A balança da luta de classes pendeu para o proletariado nessa disputa, que saiu ainda mais disposto ao combate, após a vitória nas eleições. Trotsky, em “Classe, Partido e Direção” explica como se dá semelhante processo:

*“Os governos não exprimem a ‘maturidade’ em desenvolvimento de um povo, mas são o produto da luta das diferentes classes e das diferentes camadas dentro de uma mesma classe e, por último, o produto da ação das forças externas (alianças, conflitos, guerras etc.)”*

Mas acrescenta em seguida:

*“Um governo, uma vez estabelecido, pode durar muito mais do que as relações de força que o produziram. É precisamente desta contradição histórica que surgem as revoluções, os golpes de Estado, as contrarrevoluções etc.”*

Castillo apostava na conciliação com a burguesia, mas ele assumiu a presidência em uma época de crise do capital e seu governo se mostrou incapaz de “enganar o proletariado sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado” nem demonstrou, aos olhos da burguesia, capacidade “para postergar o ataque revolucionário do proletaria-

do e ganhar tempo, com a ajuda dos líderes operários corrompidos” (4º Congresso da IC, 1922). Fruto desse choque entre as classes, o novo governo eleito entrou na mira de constantes ataques da burguesia e, aos poucos, passou a realizar diversas concessões à classe dominante que, sentindo-se fortalecida, passou a exigir cada vez mais.

---

Castillo apostava na conciliação com a burguesia, mas ele assumiu a presidência em uma época de crise do capital e seu governo se mostrou incapaz de “enganar o proletariado sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado”

---

Cada vez mais isolado e diante da ameaça de perder seu mandato, Castillo, ao invés de recorrer às massas para defender seu governo, optou por se apoiar nos dispositivos legais herdados da ditadura de Alberto Fujimori para dissolver o Congresso. A Constituição do Peru, no seu artigo 134, dá ao

presidente da República o poder de dissolver o Congresso “se este tiver censurado ou negado sua confiança a dois gabinetes”. Castillo utilizou-se das duas tentativas de *impeachment* anteriores, contra seu mandato, para tomar essa decisão. Além disso, buscava apoio do Exército para garantir a dissolução, o que não conseguiu. Para “resolver” a situação e estabelecer um governo de confiança, a burguesia peruana recorreu a um golpe de Estado.

Recordando a nossa própria história recente, os governos anteriores de Lula e Dilma aplicaram o programa da capital ao longo de 13 anos, foram fiéis ao imperialismo norte-americano, atrelaram o movimento estudantil e sindical ao Estado burguês e reprimiram manifestações operárias, camponesas e estudantis, incluindo a organização de uma operação da Polícia Federal (PF), com centenas de homens armados, para acabar com a ocupação da Cipla, em Joinville. Mas, em junho de 2013, quando manifestações tomaram conta do país, a classe dominante brasileira compreendeu que Lula, Dilma e o PT não controlavam mais as massas e uma camada decidiu que era preciso pôr um fim ao governo de colaboração de classes no





## INTERNACIONAL

processo que culminou com o impeachment de Dilma em 2016.

Já o atual governo, Lula-Alckmin, completamente servil à burguesia, tem a bênção do capital para governar porque se coloca na tarefa de restabelecer a confiança nas instituições apodrecidas do Estado burguês e busca criar um ambiente mais estável e favorável aos negócios.

No momento em que estas linhas são escritas, a repressão já fez mais de 50 vítimas no Peru e a classe dominante é capaz de massacrar centenas e milhares se entender que é necessário para proteger seus lucros

O fato é que a classe dominante, ao sentir-se ameaçada, é capaz de descartar o mais submisso dos governos – seja por um golpe, como aconteceu no Peru, ou por uma manobra palaciana, como foi o *impeachment* de Dilma – e quem paga com a própria vida pela traição de seus dirigentes é a classe trabalhadora e a juventude. No momento em que estas linhas são escritas, a repressão já fez mais de 50 vítimas no Peru e a classe dominante é capaz de massacrar centenas e milhares, se entender que é necessário para prote-

ger seus lucros. Porém, como vimos no Peru, o chicote da contrarrevolução pode ser o impulso para que um processo revolucionário comece, o que nos leva à necessidade de compreender outro elemento central: o papel das reivindicações transitórias.

### A necessidade de uma política independente da classe trabalhadora

A unidade com a burguesia não serve à classe trabalhadora. O caminho da vitória para os trabalhadores deve passar, necessariamente, por uma política independente, que permita organizar e fortalecer a classe dos explorados. No Programa de Transição, Trotsky formula sobre a política do proletariado para os países atrasados:

*“[o proletariado] é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras.”*

Para Trotsky, os problemas centrais dos países coloniais e semicoloniais são “a Revolução Agrária, isto é, a liquidação da herança feudal e a Independência Nacional, isto é, a derrubada do jugo imperialista”, tarefas que estão, segundo Trotsky, estreitamente ligadas uma à outra. Essa luta deve combinar com



Presidencia, Peru

A burguesia peruana recorreu a um golpe de Estado estabelecer um governo de sua confiança

a necessidade de utilizar a “palavra-de-ordem de Assembleia Nacional (ou Constituinte)”:

*“É necessário ligar, indissoluvelmente, esta palavra-de-ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia ‘nacional’.”*

Trotsky ainda explica que, em certa etapa da mobilização das massas, os conselhos de trabalhadores, ou soviets, podem e devem aparecer, e conclui:

*“Seu papel histórico em determinado período, em particular suas relações com a Assembleia Constituinte, é definido pelo nível político do proletariado, pela união entre eles e a classe camponesa e pelo caráter da política do partido proletário. Cedo ou tarde os conselhos devem derrubar a democracia burguesa. Somente eles são capazes*

*de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da revolução socialista.”*

Esse combate, que está sendo travado pelas massas, está ainda em seus primeiros estágios, e as reivindicações transitórias que aparecem nas manifestações – pela saída de Dina Boluarte e novas eleições presidenciais no país; pela destituição do atual Congresso e convocatória de uma Constituinte; e pela liberdade de Pedro Castillo, condenado a 18 meses de prisão – são fundamentais para que a classe trabalhadora avance na sua luta e dê saltos de consciência.

O desenvolvimento de uma revolução consiste, como aponta Trotsky, nas mudanças das “relações de forças sob o impacto das transformações na consciência do proletariado, na atração que as camadas avançadas exercem sobre as atrasadas, na crescente confiança da classe em sua própria força”. E o elemento central desse processo é o Partido, assim como

o elemento mais importante do Partido é sua direção. A tarefa central dos marxistas é atuar na construção do Partido e de uma direção capaz de cumprir sua tarefa quando as condições para a tomada do poder pelo proletariado estiverem colocadas na ordem do dia. Não se constrói um partido do dia para a noite e a tarefa é muito mais complexa diante de um processo revolucionário já iniciado.

As mobilizações que acontecem hoje no Peru carregam inúmeras lições para aqueles que buscam construir um partido revolucionário, mas não podemos perder de vista a necessidade de combinar esse aprendizado com o estudo das revoluções burguesas e proletárias do passado. Na teoria marxista, na história e analisando os grandes eventos do presente encontraremos as respostas necessárias para derrubar o capital e lançar as bases para a construção do socialismo no Brasil e no mundo.



Mayimbú, Wikimedia Commons



# Luta de classes no Irã

*Das suas raízes até a atual revolução*

LUCAS DAMETTO

O processo de luta em curso do Irã enfrenta suas raízes na mobilização de décadas da classe trabalhadora do país. Os explorados, as mulheres, a juventude vem mostrando os caminhos do enfrentamento com a burguesia e o imperialismo. Nesse artigo buscamos apresentar as causas e os caminhos possíveis para a atual revolução iraniana, assim como situar o povo iraniano em seu histórico de lutas.

## Do império à Era Moderna

O território onde se localiza atualmente o Irã foi palco para diversas invasões e trocas nos grupos dominantes. Ao longo de séculos, impérios e reinos foram intercalados com domínio de grupos nômades que criaram dinastias. Cada conquista acarretava uma redistribuição dos principais lotes de terra e poder entre a nova classe dominante. Em longo

prazo, isso resultou na dificuldade de acumulação por uma classe dominante e o consequente predomínio da pequena propriedade como base de subsistência da sociedade.

É apenas no século XIX, com a expansão do capitalismo europeu, que a sociedade iraniana iria dar saltos qualitativos em sua composição social. Sob a pressão do imperialismo britânico, a grande propriedade se desenvolveu: ao longo do século XIX os capitalistas britânicos se apropriaram das principais indústrias do país, investindo desde ferrovias até telégrafos.

Aqui se observa com toda força a lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Trotsky: ao lado de modernas industriais, subsistia a pequena produção inalterada ao longo dos séculos, grandes petroquímicas ao lado de vilarejos sem energia elétrica e, o mais importante, ao lado das grandes fortunas de estrangeiros, multiplicava-se a pobreza e a miséria das massas exploradas do país.

A transformação acelerada não apenas exacerbou as contradições da sociedade iraniana, como também a integrou à economia mundial com seu inevitável reflexo na política do país. Desse modo, a revolução russa de 1905 deu o sinal de largada para uma revolução constitucionalista, gestada por décadas de aumento da exploração dos trabalhadores por uma monarquia podre em benefício de capitalistas estrangeiros, em primeiro plano os britânicos, mas também os de origem russa. Essa revolução constituiu um parlamento (majilis), mas foi severamente limitada, não apenas com o país seguindo submetido ao imperialismo, como a monarquia sobreviveu ao processo revolucionário com consequências nefastas.

Em 1953, a monarquia que sobreviveu à revolução constitucionalista, foi o ponto focal da reação, com a chegada ao governo do xá Mohammad Reza Pahlevi. O golpe foi financiado e apoiado pelo imperialismo – através da operação Ajax da CIA e do M-16 (serviço secreto britânico). Em grande medida, essa ação do imperialismo tem relação com a tímida política nacionalista desenvolvida pelo primeiro-ministro Mossagedh, que havia aprovado no parlamento a nacionalização do petróleo em maio de 1951.

## A classe trabalhadora entra em cena

O desenvolvimento da propriedade capitalista ao longo do século XIX levou também ao nascimento do seu coveiro: o proletariado. Não foi apenas a

economia iraniana que se internacionalizou a partir da integração do país ao sistema mundial. A nascente classe trabalhadora rapidamente entrou em contato com o movimento operário internacional. A exploração de petróleo em Baku no império Czarista contou com a participação de milhares de operários de origem iraniana, os colocando em contato com partido operário social democrata russo (POS DR), o que acabou sendo um importante passo para a organização política independente da classe operária.

Os comunistas começaram a se organizar no Irã no começo do século XX. Logo se constituiu o grupo Hemmat (“ambição”), composto por exilados iranianos coordenados pelo POS DR. Esse grupo foi a espinha dorsal do futuro partido comunista, o Tudeh. O jovem partido comunista compartilhou de toda turbulência do movimento operário ao longo do século XX, inclusive com a interferência direta do próprio Stalin em meio às suas crises internas. O resultado dessa intervenção se expressa na política de colaboração com a burguesia e o apoio ao governo de Mossadegh. O partido sofreu uma duríssima repressão depois do golpe que derubou Mossadegh.

## A Revolução de 1979 e a República Islâmica

Ao longo dos 26 anos de ditadura a dinastia Pahlevi fez investimentos massivos na indústria, sendo de longe o maior investidor. Esses investimentos foram feitos principalmente a partir da venda de petróleo no mercado internacional. A dinastia também investiu pesado em armamentos, tornando-se ao longo dos anos o maior comprador de armas americanas. O imperialismo não apenas fez fortuna vendendo armas para o país, como estava satisfeito em deixar o

Irã cumprir o papel de polícia do Oriente Médio. Por muito tempo dizia-se que a estabilidade da região se apoiava no tripé: Dinheiro Saudita – Exército Iraniano – Petróleo de ambos. No entanto, como nos ensina a dialética, uma coisa pode converter-se em seu oposto e esse seria o caso com o Irã.

Através da sua ação independente e usando seus próprios métodos de luta, os trabalhadores avançaram contra a propriedade individual e solapava a própria existência do Estado

A revolução de 1979 marcou pela primeira vez a ação revolucionária da classe operária em primeiro plano. Logo se constituíram Shouras (essencialmente soviets iranianos) que durante a revolução assumiram a gestão de fábricas e organizaram milícias operárias para enfrentar o governo. Através da sua ação independente e usando seus próprios métodos de luta, os trabalhadores avançaram contra a propriedade individual e solapava a própria existência do Estado. Tais como os comunards ou os operários russos antes deles, os operários iranianos começavam por abolir a máquina estatal e substituí-la por sua própria.

Ao final do processo revolucionário as forças de Khamenei, que se apoiava na pequena burguesia e em parte da burguesia nativa, saíram vitoriosas, esmagando a vanguarda revolucionária e derrotando o movimento de massas e, assim, garantindo o direito da classe dominante de explorar os







## INTERNACIONAL



Fair Use, Telegram

O único caminho a seguir para as massas iranianas é abolir o capitalismo e tomar o poder para si

trabalhadores para todo o sempre... ou era o que eles esperavam!

### Nada pode parar a luta de classes

Passados mais de 40 anos desde a revolução de 1979, cerca de  $\frac{3}{4}$  da população iraniana vive abaixo da linha da pobreza, o desenvolvimento do país levou apenas a uma concentração da renda cada vez mais acentuada, o não pagamento de salários por parte dos patrões – com as subsequentes greves – são fenômenos recorrentes no Irã, assim como milhões de mulheres jogadas no mercado da prostituição em busca da sobrevivência de suas famílias.

Como ocorreu em outros países, a partir da segunda metade da década passada a classe trabalhadora voltou a levantar a cabeça e as mobilizações isoladas começaram a dar lugar ao movimento de massas. Em 2018 houve a eclosão de uma greve de trabalhadores da Haft Tappeh – a principal empresa de produção canavieira – exigindo sua nacionalização sob a gestão operária.

Já em 2019, em meio a pandemia, uma onda de greves explodiu por todo o Irã. A pandemia que em um primeiro momento serviu para paralisar a luta de classes, logo em seguida conferiu à luta um caráter explosivo. Diante do aumento do número de mortes e contaminações a república tentou uma manobra em sua política, assumindo o combate público contra a pandemia, o que de nada serviu para aplacar a ira das massas. Os anos de 2020 e 2021 também ficariam marcados por ondas de greves políticas e econômicas contra o regime, assim como na repressão selvagem por parte do regime.

Em 26 de Outubro de 2022, veio a gota que fez o copo transbordar: o assassinato da jovem curda Mahsa Amini pela Gash-t-e Ershad (Patrulhada de Orientação, também chamada de Polícia da Moralidade) lançou o país na onda revolucionária que vemos se desdobrar diante dos nossos olhos hoje. Uma onda de manifestações se espalhou pelo país. A revolta contra

mais esse absurdo misturou-se a décadas de ensaios de investidas cada vez mais ousadas das massas iranianas.

**A revolução iraniana ainda está em aberto, apesar de avanços importantes. Sente-se a ausência de uma organização dos trabalhadores, com um programa claro e orientado para a tomada do poder**

Como era de se esperar, o regime apelou para a repressão cega e, quando essa se mostrou insuficiente para acabar com o movimento de massas, novamente o regime usou a retórica

de insurgentes financiados pelo imperialismo para desqualificar a luta.

Durante todo o processo – que já dura mais de 3 meses – os estudantes universitários compuseram a sua vanguarda. Protagonizaram enfrentamentos contra as forças repressivas do Estado, circulam na internet vídeos de grupos de Basij (juventude paramilitar do governo), sendo atacados e espancados por grupos de estudantes nas universidades como resposta a espancamentos e prisões de estudantes.

O processo político trouxe à vida novamente as Shouras como organizações de bairro para enfrentar o regime. Atualmente são apenas o embrião do que foram durante a revolução de 79, mas ainda assim constituem um importante passo à frente na luta revolucionária contra o regime.

Esse artigo é escrito enquanto o processo revolucionário ainda se desenrola no Irã. O regime

acuado se entrega cada vez mais à barbárie e à repressão, passando inclusive à execução pública de presos políticos. Contra essa escalada na repressão a CMI mobiliza em todas suas seções ao redor do mundo uma campanha para pôr fim às execuções e em defesa dos jovens e trabalhadores que lutam para abrir caminho para um mundo novo.

A revolução iraniana ainda está em aberto, apesar de avanços importantes. Sente-se a ausência de uma organização dos trabalhadores, com um programa claro e orientado para a tomada do poder. A vitória da revolução iraniana pode estremecer o Oriente Médio e suas ondas de choque serão sentidas pelo mundo todo. Vivemos em tempos de revolução. Conhecer a fundo esses processos é tarefa fundamental para todos aqueles que desejam intervir de maneira revolucionária e fazer avançar a luta pela emancipação da humanidade! Junte-se a nós em nossa atividade pública no dia 28 às 15h na UNESP Barra Funda sobre a revolução iraniana!

